

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.616 - SP (2019/0355063-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**REQUERENTE** : DAICY GALVÃO FREIRE GONÇALVES - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : ELIZAMELIA FREIRE GONCALVES  
**ADVOGADOS** : ANTONIO COELHO NETO - SP292012  
RAFAEL JOSÉ FRABETTI - SP351290  
AICHE MELISSA BARBOSA DAHROUGE - SP288649  
**REQUERIDO** : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei apresentado por Espólio de Daicy Galvão Freire Gonçalves contra acórdão da Primeira Turma da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 127):

PREVIDENCIÁRIO - Servidora aposentada e falecida - Isenção de incidência de IRPF a contar da data do requerimento administrativo - Autora portadora de moléstia grave - Recurso da autora a que se nega provimento.

O insurgente sustenta que o acórdão impugnado divergiu do entendimento adotado por esta Corte Superior no sentido de que "o termo inicial da isenção do imposto de renda prevista no art. 6º da Lei n. 7.713/88 deve ser fixado na data em que a moléstia grave foi comprovada através de diagnóstico médico, e não a partir da emissão do laudo oficial".

Requer-se a correção da data fixada para o início da restituição do indébito tributário de 26/8/2015 para 29/3/2014.

É o relatório.

Embora alegue ser o acórdão da Turma Recursal contrário à jurisprudência desta Corte, a parte requerente não demonstrou inequívoca ofensa à lei federal, na medida em que o Juízo de origem afirmou que a moléstia grave isentiva foi comprovada a partir de relatório médico datado de 26/8/2015, sendo incabível o reexame de fatos e provas nesta via.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO DA PETIÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ART. 14, §4º, DA LEI 10.259/2001.

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO MATERIAL. EXAME. INOCORRÊNCIA.

I - Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei, instaurado com fundamento no art. 14, § 4º da Lei 10.259/01, c/c art. 34 da Resolução n.

# *Superior Tribunal de Justiça*

345/2015 do RI/TNU e Resolução 10/2007 do STJ, contra acórdão proferido pela Turma Nacional de Uniformização - TNU.

II - O pedido de uniformização de interpretação de Lei Federal suscitado contra decisão da TNU somente é cognoscível quando a decisão hostilizada, em questão de direito material, contrarie súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça.

III - Verifica-se que as questões que embasam o presente pedido dizem respeito exclusivamente às provas dos autos, sendo questão processual que, como já dito, não dão ensejo à Pedido de Uniformização de Jurisprudência. Nesse sentido: AgInt na PET no PUIL 322/DF, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, julgado em 11/4/2018, DJe 15/5/2018; AgInt no PUIL 298/DF, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, julgado em 13/12/2017, DJe 22/2/2018 e AgInt na Pet 11.333/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, julgado em 9/8/2017, DJe 16/8/2017.

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no PUIL 359/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2018, DJe 4/12/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XVIII, *a*, do RISTJ, não conheço do pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator